

## 12 BATALHAO DE INFANTARIA

**Estudo Técnico Preliminar 6/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64060.001454/2026-13

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O 12º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha é um órgão do Exército Brasileiro, tendo por preparar, organizar e empregar tropas especializadas para atuar em ambientes montanhosos e de difícil acesso, onde o uso de meios pesados e veículos convencionais é limitado. O batalhão está treinado para realizar missões de defesa de áreas estratégicas, segurança de fronteiras, combate a forças inimigas e operações de paz, com a capacidade de operar em terrenos acidentados, como as regiões de montanha.

2.2. Além disso, o 12º BIL Mth também tem a responsabilidade de desenvolver atividades como patrulhamento, escolta e apoio a outras unidades do Exército Brasileiro. Como unidade de infantaria de montanha, o batalhão é especialmente treinado para operar em condições extremas, com o uso de técnicas de movimentação e sobrevivência no ambiente montanhoso.

2.3. Nesse sentido, faz-se necessária a aquisição anual de diversos gêneros de alimentação. A demanda em questão tem por finalidade fornecer uma alimentação balanceada, equilibrada e saudável para confecção e preparo do café da manhã e ceia do efetivo desta Organização Militar, de modo a garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais deste batalhão.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Setor de Aprovisionamento	1º Ten - Thiago Maciel Cruz
Setor de Aprovisionamento	3º Sgt - Henrique Pereira de Oliveira

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, traz a previsão da institucionalização do catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual foi instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022. Tratando sobre a padronização do objeto pretendido neste certame, cabe destacar que até a finalização deste ETP, existiam apenas documentos modelos para água mineral sem gás, café e açúcar no Catálogo Eletrônico de Padronização disponibilizado em <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>. Tão logo, no caso concreto, não havendo documentos de modelo padronizado para o objeto pretendido e nem tempo hábil para que fosse instituída nova padronização conforme prevê art. 5º da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022, os padrões utilizados nesta contratação obedecem apenas catalogação de identificação de serviços/materiais (CATSER e CATMAT) do Governo Federal e não o Catálogo Eletrônico de Padronização, sendo o mencionado acima a justificativa para sua não utilização, conforme determina o art. 19, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. A licitante poderá ser contratada, desde que seja pessoa jurídica e que explore ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenda às condições exigidas no certame. A contratação observará tanto o orçamento quanto a limitação de espaço físico e condições de armazenamento dos gêneros, assim como a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da Ata e disponibilidade orçamentária a cada

pedido de fornecimento, com isso opta-se pela aquisição dos bens por meio do sistema de registro de preços visto a conveniência da aquisição dos bens com previsão de entregas parceladas.

4.4. Os fornecedores deverão entregar seus produtos com o frete incluso em seu preço final, sem custos adicionais para a Administração, de acordo com a necessidade de consumo dos gêneros alimentícios para o 12º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha, pois estes itens são diariamente utilizados na alimentação diária dos militares, eventos, missões no terreno, atividades de cursos, dentre outros.

4.5. A contratação deverá seguir os parâmetros de Responsabilidade Socioambiental observando os critérios de sustentabilidade da demanda devendo estar alinhados com Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - 8ª Edição - 2025, disponível em <[https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao\\_2025\\_do\\_guia\\_final\\_para\\_cop30.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guia_final_para_cop30.pdf)> e normativos correlatos.

4.6. O licitante vencedor deverá obedecer às diretrizes estabelecidas pela ANVISA, quanto à inspeção sanitária de alimentos, boas práticas de produção, manuseio, transporte e prestação de serviços na área alimentar. Dessa forma, serão averiguados os seguintes aspectos:

4.6.1. características organolépticas: referente a cor, odor e sabor de cada tipo de produto; quanto aos pães, sem a presença de bolores;

4.6.2. presença de perigo físico;

4.6.3. percentual de determinados nutrientes;

4.6.4. acondicionamento (embalagem limpa, íntegra, em disposição adequada dos produtos na embalagem);

4.6.5. peso e rendimento do produto (este último quando aplicável); e

4.6.6. todos os produtos deverão estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e/ou Agricultura e estão sujeitos a reposição caso não atenda as exigências. Incluindo-se toda e qualquer lesão causada por fatores de natureza fisiológica, fitossanitária, mecânica ou por agentes diversos, que venha a comprometer a qualidade e a apresentação do produto.

4.7. Todos os produtos industrializados deverão apresentar número de lote, data de fabricação; procedência e características da matéria-prima; características dos ingredientes e aditivos utilizados; condições específicas de produção; qualidade do produto e volume de produção.

4.8. O produto processado industrialmente deverá possuir registro expedido por órgão competente da vigilância sanitária destinado a comprovar o direito de fabricação de produto submetido às normas legais e regulamentares.

4.9. Não serão aceitos quaisquer materiais, que estejam em mau estado de conservação ou com suas embalagens abertas, violadas ou amassadas.

4.9.1. Não serão aceitos quaisquer materiais com prazo de validade vencido ou fora da exigência citada.

4.10. Para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Para a presente contratação, na qual esta Unidade Gerenciadora busca a aquisição de pães congelados, será realizada por Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços. Considerando que o fornecimento destes materiais, possuem diversas opções na cidade de Belo Horizonte e Região, não foram percebidas restrições que inviabilizem a competitividade, uma vez que todas as descrições, critérios de aceitação das propostas e de entrega do material, são compatíveis com a realidade do mercado.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A adoção do SRP justifica-se nas hipóteses previstas nos incisos I e V do artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, pois os bens serão adquiridos ao longo do ano, de forma parcelada e de acordo com a demanda necessária, a qual, por depender de disponibilidade orçamentária, podem sofrer modificações quantitativas ao longo do ano, de maneira que não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser adquirido.

6.2. Considerando que a demanda é recorrente, cuja interrupção pode provocar prejuízos às atividades da unidade demandante, bem como o objeto é necessário durante todo o ano, e visando a otimização dos procedimentos de contratações futuras para o objeto, deverá ser formalizado contrato de fornecimento continuado, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, enquanto se mostrar vantajosa sua continuidade.

6.3. A contratação se dará de acordo com a necessidade da unidade, através do setor de aprovisionamento (rancho), que emitirá ordens de fornecimento. As entregas dos gêneros serão realizadas diretamente no local indicado no Termo de Referência.

6.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que o objeto da contratação não é com cessão de mão de obra e não há complexidade na presente licitação, além disso a entrega dos gêneros será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo foi baseado no relatório de consumo extraído do Sistema de Controle Físico das OMS, assim como por meio do levantamento das possíveis necessidades desta OM, visando atender as atividades de operações militares, adestramento da tropa e atividades cotidianas da vida vegetativa. A fim de obter um melhor aproveitamento do crédito orçamentário disponível, foram considerados os seguintes fatores:

- 7.1. o consumo real de durante o ano, evitando a formação de atas de registro de preços com quantidades superestimadas e sua consequente deturpação do preço final dos itens licitados;
- 7.2. a capacidade de estocagem, a fim de verificar se suporta a armazenagem dos itens a serem adquiridos;
- 7.3. os cardápios previstos no cotidiano, a fim de licitar todos os artigos necessários;
- 7.4. o Boletim Técnico BT 30.419-01, que tem por finalidade padronizar a quantidade máxima de consumo diário, por homem, dos gêneros do Quantitativo de Rancho (QR).

7.2. Foram suprimidos itens constantes no DFD por já possuir ata vigente para os mesmos materiais.

Item	Qte.	Und	Descrição
1	14.000	Kg	Pão, apresentação congelado, tipo francês, ingredientes: farinha trigo, fermento, sal, margarina e água, peso 50 a 55g, prazo validade mínima de 60 (sessenta) dias. Unidade: quilograma.
2	1.000	Kg	Pão de queijo, base da massa: polvilho doce ou azedo e queijo, Ingredientes adicionais: original, formato: coquetel, mini, apresentação: cru congelado. 12g. Unidade: quilograma.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 474.900,00

8.1. A pesquisas de preços foi realizada conforme preceitua a Instrução Normativa nº 65-SEGES/ME, de 7 de julho de 2021 e a metodologia utilizada consta do Relatório de Pesquisas de Preços.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.o 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. O parcelamento da solução se demonstra técnica e economicamente vantajoso para a Administração, devido a natureza dos bens a serem adquiridos visto a consideração de observar a limitação de espaço físico e condições de armazenamento dos gêneros, a validade dos mesmos, assim como a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da Ata e disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária assim como não há a contratação ou processos correlatos e ou interdependentes ao objeto pretendido nesta Unidade Gestora.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Para o ano de 2026, os créditos das etapas de alimentação e seus complementos estão contidos na ação 212B - OUTROS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES, no Plano Orçamentário nº 0006 - ALIMENTAÇÃO DE MILITARES EM RANCHO, conforme Livro do Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log 2025).

11.2. Quantitativo de Rancho é a parcela da etapa comum ou complementada de alimentação que se destina à aquisição de gêneros de alimentação não recebidos e não fornecidos pelos Órgãos Provedores (OP) às organizações militares (OM). Trata-se de um conceito por exclusão em relação ao quantitativo de subsistência (QS), abrangendo gêneros conforme o disposto a seguir:

11.2.1. Combustível para cocção de alimentos, inclusive por contratação de empresa para fornecimento de gás encanado;

11.2.2. Pão e outros produtos relacionados;

11.2.3. Laticínios;

11.2.4. Hortifrutigranjeiros;

11.2.5. Enlatados;

11.2.6. Embutidos;

11.2.7. Condimentos;

11.2.8. Sobremesas; e

11.2.9. Materiais e embalagem descartáveis para confecção, armazenagem, transporte e consumo.

11.3. A relação de itens de no certame está de acordo com a Portaria - D Abst/COLOG/C Ex Nº 079, de 30 de abril de 2021, que aprova o Catálogo que relaciona os gêneros de alimentação complementares que devem ser adquiridos diretamente pelas Organizações Militares (OM) que possuem rancho organizado, os quais são definidos como Quantitativo de Rancho (QR).

11.4. A contratação, objeto do presente estudo técnico preliminar, está alinhada com o Planejamento Estratégico, assim como constante do Plano de Contratação Anual para o ano de 2026.

11.5. Declaramos que a Administração entende que a disponibilidade orçamentária para cobertura contratual é uma imposição legal prevista no art. 10, IX, da Lei nº 8.429, de 1992, e arts. 18 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Assim sendo, no caso presente, em se tratando de uma futura contratação via Sistema de Registro de Preços, cabe destacar que conforme o art. 17, do Decreto nº 11.462, de 2023, a previsão de indicação de créditos orçamentários só é exigível antes da assinatura do contrato ou de instrumento substitutivo dele. Tão logo, no caso específico, será registrada a autorização expressa da autoridade competente, observando o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, regulado no âmbito do Ministério da Defesa pela Portaria GM-MD nº 2.798, de 16 de maio de 2022, também regulado pelo Exército Brasileiro através da Portaria - C Ex Nº 2.334, de 1º de outubro de 2024, no momento em que for oportunizada a celebração contratual, com previsão da despesa na Lei Orçamentária Anual (LOA) em vigor, conforme os limites previstos em legislação amparadora referida anteriormente.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Espera-se suprir com Gêneros Alimentícios Pães diversos as necessidades do 12º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha, de maneira satisfatória, evitando a possível interrupção do fornecimento destes itens em atendimento ao preparo do café da manhã e ceia do efetivo desta Organização Militar, de modo a garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

12.2. Com a aquisição o Setor de Aprovisionamento terá condições de manter o padrão de confecção e fornecimento de alimentação de forma a atender a Portaria nº 753/MD, que regulamenta sobre a Segurança dos Alimentos das Forças Armadas.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Conferir se todas as exigências contidas no Termo de Referência serão atendidas, solicitando a imediata substituição ou devolução de material não previsto, bem como sobre os riscos que apresentem para a saúde e segurança, sendo rejeitados os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim que se destinam.

13.2. Considerar a necessidade de capacitação de militares para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto de acordo com as especificidades estabelecidas como por exemplo curso de capacitação para fiscais e gestores de contratos visto esse aprimoramento por parte dos militares ser imprescindível para a melhoria do controle.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental já abordados no tópico deste ETP

## 15. Justificativas e Declarações relevantes

### Declaração de Ciência da Equipe de Planejamento da Contratação

15.1. Conforme preveem os art. 7 e 8, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, declaramos que estamos cientes da designação para realizar elaboração dos documentos que compõem da fase preparatória da licitação, de acordo com a publicação do Boletim Interno nº 42, do 12º BIL Mth, do dia 4 de março de 2026. Conforme anexado nos autos do processo.

### Declaração Bens ou Serviços Comuns

15.2. O objeto desta licitação caracteriza-se como BEM/SERVIÇO COMUM, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que define como comuns os bens e serviços todos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

15.2.1. No caso concreto, as especificações estão claramente definidas em edital e no termo de referência. Assim, a demanda não exige maiores detalhamentos nos quesitos de segurança, complexidade e outras, as quais pudessem afastar a possibilidade de que a referida contratação fosse realizada através da modalidade licitatória de pregão, em sua forma eletrônica.

### Declaração de que o objeto não se enquadra como bens de luxo

15.3. Amparado no art. 20, da Lei nº 14.133/2021, certificamos que o objeto pretendido não enquadra-se como bem de luxo.

### Justificativa de adoção ao Sistema de Registro de Preços

15.4. Destacamos que o Sistema de Registro de Preços (SRP) é procedimento auxiliar das licitações e das contratações, conforme arts. 5º, XLV e 78, IV da Lei nº 14.133, de 2021. No caso concreto, a utilização do SRP para a contratação pretendida encontra amparo legal no rol exemplificativo disposto nos arts. 1º e 3º do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, haja vista conceder a economia de tempo e recursos, permitindo a formação de um banco de preços que evitará a necessidade de realização de novas licitações todas as vezes em que houver a necessidade de adquirir os mesmos bens ou serviços. Ainda, cabe destacar que, no caso concreto, há necessidade de estabelecimento de contratação frequente e de entregas parceladas ou serviços remunerados por unidade de medida compatível com o objeto pretendido.

### Adoção de Margem de Preferência

15.5. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência prevista no Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, já que não possui produtos manufaturados registrados que se enquadrem com os listados no Anexo I, da Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2 de julho de 2024.

### Declaração de que não foram encontradas IRP compatíveis com o objeto pretendido

15.6. Declaramos que, no decorrer da elaboração da documentação deste certame, não foram localizadas Intenções de Registro de Preços abertas com objetos semelhantes que pudessem atender as demandas desta Unidade Gestora. Tão logo, valemo-nos de IRP próprio. Assim sendo, deliberamos que após consulta às intenções de registro de preços disponibilizadas por outros órgãos, não encontramos nenhuma que satisfizesse a plenitude do interesse e da particularidade exposta na demanda desta Unidade Gestora. Assim sendo, tornou-se inconveniente a manifestação do 12º BIL Mth como Unidade Gestora Não Participante (UGNP) em outros certames já abertos.

### Justificativa para possibilitar a Adesão à Ata de Registro de Preços

16.7. A previsão de autorizar a adesão às atas de registro de preços como não participante, conforme previsto na Lei nº 14.133/21, é uma estratégia particularmente vantajosa. Essa adesão permite que órgãos ou entidades públicas acessem condições previamente negociadas, garantindo preços competitivos e economia de escala, mesmo em regiões distantes dos grandes centros fornecedores. Além disso, reduz custos administrativos e amplia a celeridade nas aquisições públicas, atendendo de forma mais eficiente às demandas locais. Essa abordagem é essencial para otimizar recursos públicos em localidades com peculiaridades regionais, promovendo maior eficiência e equidade na gestão pública. Desta feita, haverá previsão de adesão como UGNP na licitação, desde que precedida de autorização. Assim, as Atas de Registro de Preços da futura contratação pretendida deverão conter tal previsão.

#### **Declaração de Atividade de Custeio**

16.8. Nas atividades de custeio, os contratos a serem celebrados, bem como suas prorrogações, serão regulados conforme art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019. Ainda, cabe destacar que esta contratação enquadra-se como atividade de custeio de acordo com o regulado no art. 2º, caput, da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

#### **Declaração de Sigilo**

16.9. Declaramos que de acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos. Como regra, a LAI estabelece que uma informação pública somente pode ser classificada como sigilosa quando considerada imprescindível à segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) ou do Estado (soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência). No caso concreto, as informações contidas neste estudo, bem como as que comporão o Termo de Referência não contêm/con dados que possam ser classificados como sigilosos.

## **16. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **16.1. Justificativa da Viabilidade**

15.1. Considerando que os itens são essenciais a alimentação da tropa, esta equipe declara ser viável a contratação de empresa para fornecimento de produtos panificados congelados.

## **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THIAGO MACIEL CRUZ**

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 16:50:18.*

**HENRIQUE PEREIRA DE OLIVEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Aprovo

**LEONARDO MARTINS RIBEIRO**

Ordenador de Despesas